



A INFLUÊNCIA DOS ATORES NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA¹

Hudson Santos da Silva²
Maria Gracinda Carvalho Teixeira³

Resumo

O artigo analisa as influências dos atores que interagem com o Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Rio de Janeiro (IFRJ) na construção de um novo campo de atuação da instituição, a qual tem vivenciado uma importante transição que visa inserir políticas governamentais de meio ambiente e desenvolvimento regional no seu escopo de ação. O estudo sugere novas possibilidades de explorar a Teoria Institucional em um espaço de investigação ainda pouco trabalhado, no qual o IFRJ é desafiado a se articular com as políticas governamentais que o conduz a estreitar laços com a sociedade. Para esse fim, a pesquisa, beneficiou-se de fontes documentais e empíricas, envolvendo organizações representadas nos âmbitos local e regional. Os resultados da pesquisa apontam caminhos para o IFRJ tornar-se um ator efetivo das políticas públicas brasileiras

Recebimento: 15/4/2015 • Aceite: 22/3/2016

¹ Uma versão preliminar desse artigo foi apresentada no XXXVII EnANPAD (Encontro Científico de Administração), na cidade do Rio de Janeiro em setembro de 2013.

² Doutorando em Meio Ambiente (UERJ). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: hudson.silva@ifrj.edu.br

³ Doutora em Sociologia Ambiental pela University Of East Anglia, Grã-Bretanha. Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil. E-mail: gracinda@uol.com.br

e contribuir para que a educação profissional e tecnológica no Brasil ao se voltar às potencialidades locais, possa se constituir agente de desenvolvimento.

Palavras-chave: teoria institucional; políticas governamentais; desenvolvimento regional; meio ambiente

THE INFLUENCE OF ACTORS IN THE INSTITUTIONALIZATION OF ENVIRONMENT AND OF REGIONAL DEVELOPMENT IN A FEDERAL INSTITUTION OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

Abstract

The article analyses the influences of the players that interact with the Federal Institute of Professional and Technological Education of Rio de Janeiro (IFRJ) in the construction of a new field of action for these institutions which are experiencing an important transition aimed at inserting governmental policies on the environment and on regional development in its scope of action. The study suggests new possibilities to explore the Institutional Theory in a space of investigation that has had little attention in which the IFRJ is challenged into organizing itself in line with governmental policies that will lead them to strengthen its ties with society. To this end, the research benefited from empirical and document sources, involving organizations that are represented in the local and regional spheres. The results of the research suggest alternatives that would make the IFRJ effective player in Brazilian public policies, and contribute towards a professional and technological education in the country that, in catering to local potentials, can become an agent of development.

Keywords: institutional theory; governmental policies; regional development; environment

Introdução

O objetivo da pesquisa é analisar, sob a abordagem institucional, as influências dos atores que interagem com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), na construção de um novo campo de atuação da instituição, a qual está atravessando uma importante transição que visa inserir políticas governamentais de meio ambiente e desenvolvimento regional nesse âmbito da educação. Essas políticas vêm ampliando o debate nacional sobre a atuação regional dos Institutos Federais, do qual o IFRJ é constituinte, estimulando uma nova dinâmica de interação entre estes e os atores locais. Embora o debate seja nacional, é importante frisar que os Institutos Federais operam no nível municipal, ou melhor, local. E por essa razão a empiria se mostra nesse nível e conseqüentemente, subsidiando uma reflexão mais geral e ampla.

O desafio contemporâneo de estudar o desenvolvimento regional é compreender que as questões ambientais não podem ser dissociadas da concepção de desenvolvimento. Essa compreensão entra em choque com o caráter das políticas públicas no Brasil que foram historicamente criadas para promover o crescimento industrial, em alguns momentos favorecendo a concentração industrial e em outros buscando reduzir as desigualdades entre as regiões, mas sempre privilegiando a ótica econômica, esvaziada de preocupações ambientais.

No ano de 2007, o Governo Federal brasileiro cria a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a qual prevê a formação de um arranjo institucional que promova a articulação entre os setores públicos e privados na execução de projetos que agenciem o desenvolvimento regional e local, bem como a redução das desigualdades regionais com a adoção de estratégias convergentes com a sustentabilidade ambiental (Brasil, 2007). Um ano depois, surgem os Institutos Federais com o objetivo de “se ocupar de forma substantiva de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas” (Brasil, 2008).

Destaca-se o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) como ator nesse arranjo no seu novo papel de prover a educação profissional técnica e tecnológica adequada às novas diretrizes do Ministério de Educação que confere aos institutos a responsabilidade de atuar como coadjuvantes na interiorização do ensino técnico e tecnológico e de servir como modelo

para o país. Esse novo papel requer dos institutos o alinhamento regional ao PNDR por meio da oferta de cursos que atendam as características produtivas e culturais das localidades onde estão instalados os seus campi. Entretanto, esse novo intento, pela complexidade de sua realização, não tem resultado numa articulação efetiva entre os Institutos Federais e os atores com os quais interagem no seu compromisso com o desenvolvimento regional das localidades onde atuam. Justifica-se a escolha do IFRJ como base empírica do estudo, no conjunto dos Institutos Federais, pois é representativo do quadro de transformação da política pública de educação profissional e tecnológica brasileira. E ainda, pela viabilidade de estudar um instituto considerado de maior atuação na formação em meio ambiente no estado do Rio de Janeiro. Vale mencionar que um dos pesquisadores é docente no IFRJ, o que auxiliou no estabelecimento de contatos para a execução da coleta de dados.

Machado (2011) sugere uma crise de identidade vivenciada pelos Institutos Federais brasileiros para compatibilizar aspectos tradicionais da formação dos seus estudantes e novas prerrogativas a estes atribuídas no contexto do desenvolvimento das regiões onde se localizam. Essa crise, na visão da referida autora, estaria refletindo-se nos saberes transmitidos pelos profissionais nas atividades da instituição. A mesma autora também se preocupa com as transformações pelas quais passam os Institutos Federais e sobre as pressões para se alinharem às novas diretrizes do MEC que dizem respeito à aproximação dos saberes transmitidos pelos institutos, das demandas sociais locais.

Além dessas questões que afetam a identidade dos Institutos Federais brasileiros, de um modo geral, percebe-se que estes têm absorvido influências de várias outras organizações para institucionalizar o meio ambiente, isto é, tem assimilado valores que são construídos na sua interação com os outros atores na edificação da sua área ambiental. Todavia, tal interação parece se processar de forma desigual, onde alguns atores são privilegiados em detrimento de outros. Ao atribuir maior importância a determinados atores, os Institutos criam um perfil de formação da área ambiental que pode estar em descompasso com as realidades locais e, assim, reforçando as assimetrias entre aquilo que é ensinado e aquilo que as localidades requerem para a formulação de suas políticas públicas.

Diante da situação problemática acima apresentada, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: como os atores que interagem com o IFRJ influenciam a constituição da área ambiental articulada ao

desenvolvimento regional, para construir um perfil de formação compatível com o seu novo papel institucional?

Para explorar essa questão de pesquisa, foi privilegiada uma abordagem teórica que tem sido amplamente utilizada no âmbito dos estudos organizacionais, a Teoria Institucional mostrando-se que existem novas formas de explorar o tema do isomorfismo conectando-o às teorias de desenvolvimento e de meio ambiente numa realidade institucional ainda pouco estudada.

Nesse sentido, a pesquisa articula teoricamente autores clássicos e contemporâneos da corrente sociológica da abordagem institucional como Selznick (1971, 1996), Scott (1987, 2005 e 2008), Machado-da-Silva (1999), Guarido Filho e Machado-da-Silva. (2010). Trabalhos mais recentes como os de Owen-Smith, (2011), Novais e Fernandes (2011) e Alves, Castro e Souto (2014) reforçam os argumentos de Scott (2008) de que a Teoria Institucional continua fecunda para explicar fenômenos organizacionais contemporâneos, inclusive em instituições de ensino.

O trabalho estrutura-se em seis seções. A primeira é a própria introdução. Na segunda seção descreve-se a metodologia da pesquisa. Na terceira, apresenta-se uma discussão conceitual sobre a abordagem institucional e a sua presença na ampliação de espaços empíricos de investigação. Na quarta seção, discute-se sobre a institucionalização do desenvolvimento regional e do meio ambiente no IFRJ. Na quinta seção, apresentam-se os resultados da pesquisa com marcante articulação entre fontes documentais e orais e o aporte teórico da pesquisa, e em seguida registram-se as considerações finais.

Metodologia da pesquisa

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo analítico e interpretativo. As pesquisas que adotam uma abordagem qualitativa “podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (RICHARDSON, *et al.*, 1999, p.80); assim explica-se também o seu caráter analítico. A coleta de dados abarcou entrevistas e pesquisa documental. Definiu-se como nível de análise da pesquisa o nível da organização. As fontes orais provenientes da pesquisa empírica foram extraídas das entrevistas com roteiro de questões que nortearam os pesquisadores para a obtenção de dados sobre a relação da instituição com outros atores que influenciam a formação em meio ambiente dos cursos articulada ao compromisso institucional com o desenvolvimento regional. Dentre os

diversos atores que se articulam com o IFRJ, foram entrevistados: órgãos governamentais da área de educação e de meio ambiente, prefeituras, segmento empresarial, ONG's ambientais, entre outros.

Optou-se nesse estudo pelo método de análise de conteúdo do material empírico. Bardin (2006, p. 38), define a análise de conteúdo como: “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens”. Continua Bardin explicando que “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores” (BARDIN, 2006, p. 38). Obedeceram-se as etapas propostas por Bardin no tratamento e análise dos dados a saber: “(1) a pré-análise; (2) a exploração do material, (3) o tratamento dos resultados, inferência e a interpretação” (Bardin, 2006, p. 95). A análise de conteúdo para a referida autora pode ser executada manualmente ou com o auxílio de software específico, e na presente pesquisa esse processo foi realizado com o auxílio do software ATLAS ti.

As categorias que foram estabelecidas previamente com base no referencial teórico e na fase exploratória, não impediram que outras categorias surgissem durante a análise – foram revistas e algumas reformuladas. Esse procedimento é conhecido como grade mista ou modelo híbrido, no qual categorias prévias são estabelecidas e novas categorias emergem a partir dos dados analisados. Além disso, Trivinõs (1987) chama atenção para a necessidade de contornar as limitações da análise de conteúdo no tocante ao peso atribuído pelo pesquisador, ao conteúdo manifesto dos dados de pesquisa, sugerindo o uso da intuição, da flexibilidade, da maleabilidade e da ousadia para superar as restrições do método. As categorias analíticas definidas a priori foram, portanto: (1) Institucionalização; (2) Legitimidade e Isomorfismo; (3) Desenvolvimento Regional; e (4) Meio Ambiente.

A categoria legitimidade e isomorfismo como categoria única foi reformulada durante o processo de análise dos dados empíricos, separando-se. Isso porque a legitimidade emergiu em campo dissociado do isomorfismo. Já a categoria desenvolvimento regional incorporou o termo “sustentável”.

A análise documental que permitiu a identificação dos marcos histórico-institucionais da pesquisa está baseada na abordagem histórica que de acordo com Richardson *et al.* (1999, p. 182), é de vital importância para se estudar os documentos com o objetivo de “investigar os fatos sociais e suas relações com o tempo sócio-cultural-cronológico.” Os marcos não possuem um caráter estático, pois a

abordagem histórica pressupõe que o passado é uma porção do presente. Para o mapeamento dos marcos foram selecionados documentos institucionais e governamentais que inserem os atores que passam a se relacionar com a instituição em função das novas políticas governamentais, a ambiental e o desenvolvimento regional. As fontes documentais da pesquisa foram: (a) Concepção e Diretrizes do MEC/2008; (b) Decreto nº 6.042/2007 de criação da PNDR; (c); Plano de Desenvolvimento Institucional; (PDI); (d) Lei nº11.892/2008 de criação dos Institutos Federais.

Abordagem institucional e a ampliação de espaços empíricos de investigação

A razão para privilegiar a abordagem institucional na presente pesquisa apoia-se em que esta é amplamente reconhecida pelo campo das ciências sociais como capaz de oferecer explicações aos processos que conectam as relações sociais, por preocupar-se com o que há de consolidado na sociedade no que diz respeito a valores, ações, padrões e normas que são construídos e legitimados a partir das inter-relações entre os diversos atores organizacionais.

A abordagem institucional por isso admite sua essência teórica multifacetada, uma vez que se origina na confluência de vários campos do saber e, por conseguinte, apresentando perspectivas dos diferentes domínios disciplinares, como a economia, a ciência política, a sociologia e a história e essas perspectivas internalizaram em seus pressupostos a noção de instituições e os padrões de comportamento, normas, valores e crenças nas quais se encontram imersos os indivíduos, grupos e organizações (MACHADO-DA-SILVA; GONÇALVES, 1999; HALL; TAYLOR, 1996; DIMAGGIO; POWELL, 1991; 1983).

Carvalho, Vieira e Goulart (2005, p. 855), ao identificarem diferentes vertentes disciplinares na trajetória da Teoria Institucional, destacam a sociológica como predominante. Explicam os autores: “a orientação sociológica traz, para o centro da análise, as relações organização-ambiente, primeiramente focadas nas interações informais, em relações de poder e no processo constitutivo das instituições, com ênfase na heterogeneidade do universo organizacional”. Apesar das variações nas abordagens que se utilizam da vertente sociológica, explica Scott (1987) que parece haver um consenso de que as organizações, com o tempo, são transformadas em instituições, por serem sistemas sociais que possuem metas e procedimentos estabelecidos, tendo valores por trás de requerimentos

técnicos, pois não são racionais como pretendem ser, mas veículos para incorporação de valores.

Em estudo mais recente, Scott (2005), chama atenção para o fato de que a análise orientada pela Teoria Institucional nas organizações públicas não difere muito da análise realizada nas organizações privadas com base nessa mesma teoria. Explica ainda que as fronteiras de atuação entre as organizações que representam esses dois setores tornaram-se menos claras e mais permeáveis, pois estes desenvolveram uma ampla gama de formas híbridas de associações provocando influências originárias tanto de estratégias de mercado quanto das pressões governamentais levando-as a interagirem entre si, mas sem perder as suas singularidades.

Selznick, precursor da Teoria Institucional, apresenta a distinção entre organização e instituição, segundo o qual, quando uma organização é institucionalizada essa adquire características especiais com o intuito de obter a competência distintiva, ou ainda, treinar e desenvolver suas incapacidades. Contudo, adverte o autor que “o termo organização sugere, assim, uma certa pobreza, uma insuficiência, não um sistema absurdo de coordenação consciente de atividades”, para ele, “uma instituição é, no todo, o produto natural das pressões e necessidades sociais – um organismo adaptável e receptivo. Essa diferença é uma questão de análise, não descrição direta” (SELZNICK, 1971, p. 5). Concordando com Selznick, o conceito de instituição em Scott (2008, p. 437) tem a clara conotação de estabilidade e ordem, “mas isso não significa que as instituições não vivenciem mudanças”. Ou seja, afirma Scott que as instituições estão suscetíveis a modificações por razões, tanto internas quanto externas. Esse entendimento de institucionalização é adotado como definição dessa categoria de análise.

Como explica Selznick, o conceito de legitimidade ajuda a explicar a homogeneidade das práticas e estruturas organizacionais e está associado ao isomorfismo na Teoria Institucional. “Legitimidade é vista como um “imperativo” organizacional que é uma fonte de inércia e de uma intimação para justificar formas e práticas particulares” (SELZNICK, 1996, p. 273). Já para Suchman (1995) esse conceito assume um caráter mais colaborativo: de aprovação das práticas pelas organizações, do ambiente. Segundo esse último autor, “legitimidade é uma percepção generalizada ou suposição de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições” (SUCHMAN, 1995, p. 574). Nesse sentido o trabalho absorve a noção de legitimidade de Suchman como categoria

analítica, combinada com o isomorfismo de DiMaggio e Powell exposta a seguir.

Existem dois tipos de isomorfismo conforme apontam DiMaggio e Powell (1991): o competitivo e o institucional. O isomorfismo competitivo estaria associado a uma racionalidade sistêmica de competição no mercado, mudanças e ajustamentos; e, por isso, só se enquadraria nos ambientes de competição livre e aberta. Já o isomorfismo institucional, para os respectivos autores, apresenta três mecanismos de mudança institucional: (i) o isomorfismo coercitivo, que provém da influência política e do problema da legitimidade e ocorre, por exemplo, quando as organizações adotam modelos similares de tecnologias em resposta à determinação governamental. Isso se observa nas pressões internas ou externas à organização oriundas de legislação, ações trabalhistas, cobrança por resultados financeiros e até mesmo de fornecedores; (ii) o isomorfismo mimético, que resulta de respostas padronizadas à incerteza é identificado na imitação de modelos institucionais tidos como de sucesso e (iii) o isomorfismo normativo, associado à profissionalização, que se manifesta quando a formação dos profissionais se reproduz naquilo que transmitem sem que sejam construídos novos conhecimentos (DIMAGGIO; POWELL, 1991).

No âmbito das instituições de ensino, mais recentemente, têm se destacado a análise institucional com relevantes contribuições teórico-empíricas. Essas contribuições ajudam a explicar que nos processos de institucionalização de cursos há forte presença de pressões isomórficas de origem interna e externa (ALVES *et al*, 2014; NOVAIS; FERNANDES, 2011). Já Owen-Smith (2011) consegue estabelecer uma interface entre a Teoria Institucional e o construtivismo social, o que ele chama de *social constructivist institutional theory*. Para esse último, isso se constitui um avanço para as teorias sociológicas das profissões quando aplicadas em nível micro.

A partir dessa discussão, apresenta-se a seguir o debate que insere as influências dos atores que interagem com os IFRJ na construção do seu novo campo de atuação no qual se destacam políticas governamentais de desenvolvimento regional e meio ambiente na educação profissional e tecnológica brasileira. Esse debate é importante para o objeto da pesquisa pela relevância dos cursos de meio ambiente do Instituto e que, por situarem-se no estado do Rio de Janeiro, todos os *campi* que possuem cursos da área ambiental estiveram mobilizados pela efervescência do tema na última Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a Rio+20, onde a instituição marcou presença como agente catalisador do

desenvolvimento regional voltado para o meio ambiente, o que foi conferido pelas novas diretrizes do MEC, aos Institutos Federais.

O desenvolvimento regional e o meio ambiente no IFRJ

A literatura especializada registra diferentes noções de desenvolvimento regional que vieram sofrendo mudança de significados ao longo da trajetória do conceito. A que tem relevância à pesquisa é compreendê-lo como parte de um planejamento e gestão do território, considerando a participação da sociedade no planejamento e nos benefícios resultantes desse processo. Essa noção tem sido absorvida na teoria como elementos presentes na lógica endógena do desenvolvimento (SANTOS, 1988).

Os autores Rocha Neto e Borges (2011), Uderman (2007) e Goulart (2006), entre outros, têm se dedicado aos estudos sobre as políticas de desenvolvimento regional no Brasil, apresentando importantes reflexões para a compreensão das mesmas nesse contexto. Para Rocha Neto e Borges (2011) o processo de desenvolvimento, ao longo de décadas, no anseio de atender aos interesses do capital, gerou desequilíbrios territoriais e assim, as agências de desenvolvimento regional no Brasil atuavam para minimizar os desequilíbrios gerados pelas políticas públicas então vigentes, o que os autores explicam,

[...] essas políticas nem sempre se aliam aos interesses de todos os agentes que gravitam em torno delas. Existe uma alternância no atendimento desses interesses: ora essas intervenções se fizeram mais próximas de corporações (em distintos âmbitos), ora estiveram mais próximas dos interesses da sociedade (ROCHA NETO & BORGES, 2011. p. 1640).

Assinalam ainda os referidos autores que essas políticas, historicamente, se propuseram a beneficiar setores diversos e, também, determinados atores com seus distintos interesses, colocando-os nas arenas das políticas públicas e internalizando suas demandas na agenda pública, de acordo sua força política e que um embate de forças as influenciam. Já Uderman (2007) faz um resgate da história das políticas de desenvolvimento no Brasil mostrando que, num primeiro momento, na década de 1930, houve a intervenção do Estado visando a acumulação de capital industrial, modelo este que, segundo a autora, se mantém até o final da década de 1970, quando a conjuntura mundial decorrente dos choques do petróleo e da crise fiscal põe fim a

esse ciclo. Na década de 1980, apontam-se novos rumos onde o modelo dominante, o neoliberalismo se fortalece com o seu firme propósito de reduzir a intervenção do Estado na economia e nas atividades básicas. Esse momento é interpretado por Rocha Neto e Borges (2011) como aquele onde as ações tradicionais de planejamento estimuladas pelas agências de desenvolvimento são descontinuadas e assume-se a lógica da competição setorial entre os espaços.

Na década de 90 com a abertura, no Brasil, dos mercados, privatizações, concessões e estabilização monetária, tal conjuntura política e econômica permitiu o nível de investimento se elevar e um novo ciclo de crescimento tem início (UDERMAN, 2007). Esclarece a autora que nesse período histórico, é assimilada no discurso do desenvolvimento local a noção de capital social vinculada à valorização da cultura e da identidade do local, e surge assim um novo modelo de políticas públicas norteado pela ideia de promover a fixação dos indivíduos na sua localidade, uma vez que esse modelo estaria calcado numa visão estratégica de desenvolvimento, sustentado por uma lógica endógena (UDERMAN, 2007).

Chegando-se ao ano 2000, entra na agenda de governo federal o arrefecimento da “guerra fiscal” e o resgate do crescimento endógeno. O discurso governamental passa a associar as políticas de desenvolvimento local ao capital social e ao fortalecimento institucional que permitissem a qualificação de pessoal para a formação de arranjos locais que fomentassem a inovação e promovessem a cooperação e difusão de soluções tecnológicas para o desenvolvimento local capazes de gerar melhoria da qualidade de vida nas regiões. Em 2007 foi instituída, pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cujo objetivo, além de retomar a ideia de planejamento e desenvolvimento regional, pretendeu: “a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, e deve orientar os programas e ações federais no Território Nacional” (BRASIL, 2007, p. 1). Como consequência, ocorrem de forma marcante no Brasil, a expansão das instituições federais de ensino profissional e tecnológico e a transformação destas em Institutos Federais, acrescentando a inserção regional no seu escopo de atuação.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) passa a incorporar a noção de desenvolvimento que encontra respaldo na ideia de desenvolvimento de autoria de Celso Furtado (2004), tornando-o uma orientação de desenvolvimento regional no país:

[...] o crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO, 2004, p. 484).

Um dos maiores expoentes brasileiros dos estudos das regionalidades, localidades, e territorialidades, Milton Santos, explica que durante um longo período muitos estudaram a região isoladamente do mundo como se a região fosse um todo e existisse por si só. Com efeito, seus estudos mostraram que “o território a cada momento foi organizando-se de maneira diversa, muitas reorganizações do espaço se deram e continuam acontecendo” (SANTOS, 1988, p. 17), atendendo solicitações algumas vezes imperativas da produção e que muitas dessas mudanças aconteceram a partir da metade do século XX, quando o processo de integração mundial reconfigura o regional, o que apresenta resultados diferentes e particulares em cada região. As palavras de Santos (1988) ajudam a explicar a experiência dos Institutos Federais que procuraram se fixar em cidades-polo visando a cobertura de mesorregiões para atender as demandas produtivas, sociais e culturais locais. Segundo as novas diretrizes do MEC:

Ao estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-polo a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, reafirma-se o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional (BRASIL, 2008, p. 17).

Essa situação mostra uma adequação à Agenda 21, instrumento de planejamento e desenvolvimento sustentável para as cidades que emergiu da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a Rio 92. É na Agenda 21 local e na PNDR que as instituições, empresas,

governo e sociedade civil devem se articular, pelo menos, em tese, na construção de um plano de desenvolvimento local com vistas à sustentabilidade.

Nesse contexto, o desenvolvimento local e regional surge associado ao meio ambiente, um termo carregado de controvérsias teóricas e práticas. Embora não haja um consenso quanto ao conceito de meio ambiente, recorreu-se aos estudos de Robert Lenoble (1969), segundo o qual a natureza não se resume apenas aos aspectos físicos, pois ela é, acima de tudo, produto da visão que o homem tem dela no tempo e no espaço, sendo constituído por relações dinâmicas entre seus elementos componentes, entre eles o homem. Nessa direção Bessa amplia o entendimento de meio ambiente reforçando a dimensão social que ultrapassa a noção tradicional físico-natural do ambiente, incorporando-se a essa dimensão as relações sociais e sua territorialização, ou seja, como essas relações ocorrem nos contextos histórico-territoriais (BESSA, 1993).

Apesar de relevante, não é intenção dos pesquisadores historiar como o meio ambiente vem sendo objeto das políticas públicas ao longo das décadas, o que fugiria do foco do estudo. Portanto, o que interessa à pesquisa é apresentar uma discussão que possa ser útil para investigar como a discussão ambiental passa a ser internalizada no planejamento e desenvolvimento regional, uma vez que a instituição em estudo busca por em prática essa discussão no perfil dos seus cursos de meio ambiente.

Um marco histórico da formação da área ambiental no mundo, a Conferência de Estocolmo realizada em 1972 da qual o Brasil tomou parte, alertou os países para os riscos ambientais associados ao modelo vigente de desenvolvimento econômico. Desde então um longo caminho tem sido percorrido na construção da área ambiental no Brasil a começar pela Lei 6.938/81 que criou a política ambiental brasileira (BRASIL, 1981). A questão ambiental também está presente na Constituição Brasileira; nela o meio ambiente é definido como um bem de uso comum e essencial à manutenção da vida (BRASIL, 2003).

O Brasil, mais recentemente, sobretudo após a Rio 92, tem participado ativamente das discussões que se travam na esfera internacional e tem atuado na construção das suas políticas ambientais públicas expressando o seu interesse por um modelo de desenvolvimento que articule as suas demandas ambientais e sociais internas às exigências internacionais. Essa participação do Brasil foi tardia e conseqüentemente as organizações brasileiras demoraram a internalizar o conceito de desenvolvimento sustentável (TEIXEIRA; BESSA, 2009). Sobre essas discussões, Sachs (2004) aponta um

caminho para os países em desenvolvimento que, na sua visão, “precisam de padrões de crescimento intensivos em conhecimento e trabalho e, no entanto, poupadores de capital e de recursos, e devem procurar soluções triplamente valiosas, isto é, viáveis social, ambiental e economicamente” (SACHS, 2004, p. 54).

Dessa forma, a nova proposta do conceito de desenvolvimento adicionado da sustentabilidade encontra explicação nas palavras de Sachs (2004), segundo as quais “o conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta uma outra dimensão – a sustentabilidade ambiental – à sustentabilidade social” (SACHS, 2004, p. 15). Essa nova dimensão está alinhada com o disposto na Carta Magna e prevê um imperativo de justiça transgeracional, o que implica diretamente na relação entre as instituições, empresas e outros atores e o conceito de desenvolvimento (SACHS, 2004).

Essa discussão que influenciou as diretrizes do MEC para os Institutos Federais se fortaleceu com as pressões no âmbito da sociedade e da legislação, criando as bases para a inserção da área ambiental na formação de técnicos de nível médio e dando início também a formação de nível superior. A área ambiental cresceu em importância na instituição e foram propostos sucessivamente novos cursos de graduação e pós-graduação nesta área. A área ambiental também é reforçada pelo disposto na PNDR que prevê no artigo 2º parágrafo único: “as estratégias da PNDR devem ser convergentes com os objetivos de inclusão social, de produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica” (BRASIL, 2007). Portanto, nas diretrizes do MEC e também na PNDR o meio ambiente aparece inserido no planejamento junto às questões sociais, produtivas e econômicas, fortalecido pela Agenda 21 brasileira que claramente acena para um novo modelo de políticas de desenvolvimento regional:

Uma nova concepção de desenvolvimento regional vem sendo amadurecida nos últimos anos, exigindo modelo inovador para as agências regionais de desenvolvimento, em contraposição ao estilo até então vigente. [...]. O modelo que começa a entrar em vigor deve ser concebido não mais para as grandes regiões como um todo (Nordeste, Amazônia, etc.) e sim para as mesorregiões ou microrregiões menores, capazes de produzir diagnósticos precisos sobre suas condições reais e suas oportunidades de alavancar o desenvolvimento (MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE, 2004, p. 22).

Diante da discussão apresentada, nos pareceu claro que as questões ambientais têm sido internalizadas no novo modelo de desenvolvimento local e regional e que essa internalização pressupõe uma articulação institucional, envolvendo os diversos atores que visam incrementar políticas públicas com esse fim. Portanto, se agregarmos a discussão teórica inicial às reflexões que se sucedem, veremos que se criaram as bases institucionais no Brasil para que os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica venham se tornar importantes atores nessa articulação.

Resultados da pesquisa

Com base no mapeamento dos marcos histórico-institucionais foi possível estabelecer conexão entre a PNDR e as novas concepções e diretrizes do Ministério da Educação para os Institutos Federais, e conseqüentemente para o IFRJ. Esses dados foram obtidos na pesquisa documental e demonstram a ampliação da atuação da instituição, tanto no que se refere à abrangência geográfica, quanto em relação a novos atores que se inseriram no processo de institucionalização assim como os níveis diferentes de formação em meio ambiente, o que se observa na Tabela 1.

Tabela 1: Marcos histórico-institucionais e surgimento de atores

Marcos Institucionais	Ano	Atores
1º - Criação do Curso Técnico de Saneamento Ambiental	1994	Prefeituras Municipais, Setor Industrial Nacional e Multinacional, Conselhos Acadêmicos, MEC.
2º - Criação de Cursos Técnicos de Meio Ambiente	1999	Setor Industrial Nacional e Multinacional, Conselhos Acadêmicos, MEC.
3º - Criação de Cursos Técnicos de Logística Ambiental	2005	MEC, Prefeituras Municipais, IBAMA/ICMBIO, ONG, Setor Privado de Turismo e Pesca.
4º - Criação do Instituto Federal do Rio de Janeiro	2008	MEC, Prefeituras Municipais, Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
5º - Criação do Curso Superior de Tecnologia e de Especialização em Gestão Ambiental	2009	MEC, Setor de Serviços, Setor Industrial Nacional e Multinacional, ONG.

Fonte: Elaboração dos pesquisadores.

categorização, foram confirmados os pressupostos de Selznick (1971; 1996) e Scott (1987; 2008). Quando perguntados sobre as principais influências na formação dos cursos de meio ambiente na instituição, os entrevistados expuseram:

Outro dado que eu gostaria de sinalizar é o estudo da FIRJAN sobre a perspectiva do mercado de trabalho no Brasil; ela foi feita pela Fundação Getúlio Vargas e é a perspectiva do mercado de trabalho até 2015 e o meio ambiente já é uma subárea dentro da demanda industrial (Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, *Campus* Rio de Janeiro, RJ).

(...) como o curso [técnico de meio ambiente] já tem mais de uma década, então nós temos mais segurança. A gente consegue se impor muito bem e a resposta é perfeita, porque agora a gente sentiu que a correspondência realmente é biunívoca. [...] A gente foi aprendendo, o mercado foi aprendendo com nossos técnicos e também passou a exigir técnicos que tenham boa formação (Curso Técnico de Meio Ambiente – *Campus* Rio de Janeiro, RJ).

A matriz nova que foi aprovada no ano passado tem traços bem mais fortes ainda do setor da indústria (Curso Técnico em Meio Ambiente – *Campus* Pinheiral, RJ).

(...) hoje percebemos que sem o IFRJ não se consegue alcançar o desenvolvimento da área de meio ambiente do município [de Pinheiral] (Secretaria de Meio Ambiente do Município de Pinheiral, RJ).

Os cursos do IFRJ voltados para a capital, aqui para o Rio de Janeiro, estão direcionados para grandes empresas como a Petrobras, como HAZTEC, como CEDAE e como outras, até as indústrias do ramo farmacêutico (Representante da CEDAE, RJ).

Em discussão com os docentes, entendemos que é importante ler o mercado de trabalho e o desenvolvimento do setor econômico para propor mudanças na formação do aluno (Curso Técnico de Meio Ambiente - *Campus* Arraial do Cabo, RJ).

Os relatos sinalizam como tem se processado a assimilação das práticas relacionadas ao meio ambiente na instituição, por serem tais práticas consideradas como adequadas, não somente pela própria instituição como também pelas organizações com as quais estabelece relações. As pressões de setores que têm sido tradicionalmente atendidos com mão de obra dos egressos ainda permanecem e reforçam o vínculo do instituto com o setor industrial.

Legitimidade – Essa categoria emergiu dos relatos, durante a etapa da codificação e apresenta os elementos relacionados com a validade social das práticas do IFRJ. Aqui, foram agrupadas três subcategorias que expressam, na visão dos atores, como as influências diversas que interferem no perfil de formação da área ambiental construídas na instituição, são reconhecidas pela maioria dos entrevistados como adequadas, o que confirma os estudos de Suchman (1995) e Selznick (1996). Os entrevistados apontam:

(...) quando você ganha a força de um Instituto Federal, que tem um campus em cada lugar, o curso [técnico de meio ambiente] se fortalece também, até por causa do vínculo que Volta Redonda tem com a CSN, por causa dos cursos de metrologia e tudo, enfim dos cursos que existem lá, muito adaptados para a CSN. Eles fazem uma vista para o campus [Pinheiral] também (Curso Técnico em Meio Ambiente - Campus Pinheiral, RJ).

(...) ele [o aluno do IFRJ] é formado e ele leva essa marca do IFRJ com ele, de modo que o mercado enxerga esse profissional de uma forma diferente (Secretaria de Meio Ambiente do Município de Pinheiral, RJ).

O [curso] de gestão ambiental no campus Maracanã foi o primeiro em procura do ENEM/SISU [2013]. Tivemos 52 candidatos por vaga. Porque você consegue ir diretamente para o mercado (Curso de Especialização em Gestão Ambiental - Campus Nilópolis, RJ).

Como se observa pelos relatos, na visão dos docentes e também de atores externos, o perfil de formação do instituto é visto como legítimo e adequado.

Isomorfismo – Essa categoria reúne os depoimentos que expressam a existência de pressões que conduzem ao isomorfismo, identifica modelos do ambiente institucional que conduzem ao isomorfismo normativo e também ao isomorfismo coercitivo, conforme discutido por DiMaggio e Powell (1991), na fundamentação teórica deste trabalho.

Quando perguntados sobre as alterações que ocorrem nos cursos e a sua origem, os respondentes registraram:

(...) em Nilópolis especialmente os cursos de Meio Ambiente e Gestão Ambiental há um enfoque mais do biólogo, porque foram formatados por biólogos (Curso de Especialização em Gestão Ambiental - Campus Nilópolis, RJ).

(...) no catálogo nacional de cursos técnicos do MEC, o [curso] de meio ambiente determina que deva haver laboratório de educação ambiental (Curso Técnico em Meio Ambiente - Campus Pinheiral, RJ).

(...) não dá para um instituto federal cumprir a missão dele se ele não compreender a região na qual ele está inserido, e isso se dá por meio de articulações institucionais (Secretaria e Educação Tecnológica [SETEC] /MEC).

Como se observa nos relatos acima há presença das pressões internas e externas ao ambiente institucional revelando a existência do isomorfismo coercitivo originado nas exigências do Ministério da Educação, e também evidências de isomorfismo normativo, ligado à formação dos docentes, na medida em que estes inserem elementos da sua formação de origem nos cursos, interferindo no perfil destes.

Na categoria **desenvolvimento sustentável** são encontrados elementos relacionados à melhoria da qualidade de vida que, na visão dos sujeitos, são associados a fatores sociais e econômicos. Essa concepção apresenta coerência com os conceitos de desenvolvimento encontrados nas obras de Furtado (2004) e Sachs (2004). Ao perguntar quais são os elementos que devem estar presentes nos cursos e como eles são articulados à formação, os entrevistados responderam:

Os Institutos Federais devem compatibilizar os diversos interesses envolvidos numa região (...) compatibilizar diversos olhares em prol de uma melhoria na área social” (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBIO]).

Quando elas [empresas] falam de desenvolvimento, estão na verdade falando de crescimento (...) é sempre o crescimento econômico. E o sustentável, é apenas do ponto vista econômico (Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental - Campus Rio de Janeiro, RJ).

Então eu não vejo conflito no desenvolvimento, eu vejo conflito no desenvolvimento desordenado, (...) se for uma inclusão socioambiental, que inclua o povo numa cadeia produtiva que ele possa

se inserir e rediscutir a cadeia, eu acho ótimo, eu acho que o curso está aí para isso (Fundação do Meio Ambiente do Município de Arraial do Cabo, RJ).

(...) desenvolvimento regional é articulação, por meio de parcerias institucionais, tendo como norteador políticas públicas que levem à melhoria da qualidade de vida das pessoas, redução das assimetrias, aumento da renda per capita, enfim, melhoria dos indicadores sociais (Representante da SETEC/MEC).

A categoria desenvolvimento regional sustentável por um lado, reforçou o conceito de desenvolvimento sustentável como um anseio dos entrevistados e por outro, expôs possibilidades para novas assimilações desse conceito nos cursos.

Meio Ambiente – Essa categoria se confirmou na grade mista, emergindo como subcategorias: a conservação e prevenção, ação de sensibilização dos problemas socioambientais, a inserção do homem e a legislação ambiental. Permite também, confrontar o conceito de meio ambiente de Lenoble (1969) com o entendimento dos depoentes sobre esse conceito. Ao questionar os entrevistados sobre quais as suas percepções acerca do conceito de meio ambiente e como ele está inserido nos cursos, foram obtidos relatos como os que se seguem:

Ele [o curso técnico de meio ambiente] não perdeu aquele caráter original de conservação; a parte de ecologia até está mais bem estruturada hoje em dia; as disciplinas de gestão ambiental também estão mais estruturadas fazendo a interlocução entre as duas pontas – tecnicista e conservacionista (Curso Técnico em Meio Ambiente - *Campus* Rio de Janeiro, RJ).

(...) não se separa homem da natureza; (...) entendendo-se que sociedade e natureza é uma coisa só (Fundação do Meio Ambiente do Município de Arraial do Cabo, RJ).

Meio ambiente, então, acho que significa você preservar matas, florestas, rios (...) (CEDAE, RJ).

Os alunos dos Institutos Federais devem receber, na formação em meio ambiente, conhecimentos de legislação ambiental, (...) que são a base para o licenciamento ambiental (Secretaria de Meio Ambiente do Município de Pinheiral, RJ).

Em suma, quando um entrevistado sugere que a legislação ambiental é uma referência no conceito de meio ambiente, isso sinaliza que esta também exerce pressão no sentido de fortalecer o isomorfismo coercitivo na formação em meio ambiente, mais uma vez, confirmando a teoria de DiMaggio e Powell (1991).

Considerações Finais

O objetivo da pesquisa foi analisar, sob a abordagem institucional, as influências dos atores que interagem com o IFRJ na construção em um novo campo de atuação desse Instituto, o qual vem passando por uma importante transição que visa inserir políticas governamentais de desenvolvimento regional e meio ambiente na educação profissional e tecnológica brasileira.

As entrevistas revelam que as pressões institucionais vinculadas à formação dos docentes e que o relacionamento deles com o setor industrial tem permanecido ao longo dos anos, no perfil de egresso, mesmo diante do compromisso do Instituto com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Na categoria analítica institucionalização, foram identificados aspectos relativos ao compartilhamento de práticas que se tornam rotineiras. Nesse sentido, a influência da percepção dos docentes sobre o mercado de trabalho nos cursos de meio ambiente, identificada nos relatos perpetua o legado histórico do segmento industrial no perfil de formação. Essa aproximação histórica com o setor industrial também pode ser explicada com base em Scott (2008), uma vez que o processo de institucionalização, para o referido autor, é resposta às influências e restrições advindas do ambiente interno e externo.

A legitimidade também é uma relevante categoria identificada na pesquisa e se apoia na aceitação social e reconhecimento da instituição pelos demais atores. Os relatos revelam que a instituição, ciente dessa legitimidade social e da influência que exerce no mercado de trabalho, preserva sua tradição na formação de profissionais com perfil tecnicista. Na visão dos docentes, essa prática é legítima, conforme mostram Suchman (1995) e Selznick (1996).

Por sua vez, na categoria isomorfismo foi identificada na pesquisa a presença de isomorfismo associado à profissionalização, denominado por DiMaggio e Powell (1991) de isomorfismo normativo. Isso ocorre quando o corpo docente carrega para dentro dos cursos de meio ambiente, elementos da sua formação original, considerados legítimos. Essa situação contrasta com as expectativas do Ministério da Educação, para o novo papel institucional dos Institutos Federais que, segundo este ministério, deve combinar os saberes do corpo

docente com as novas demandas sociais e ambientais locais de modo a construir e ofertar cursos adequados a tais demandas. Há ainda a presença de isomorfismo coercitivo que se manifesta tanto nas pressões do MEC sobre a estrutura e funcionamento do Instituto como também da legislação ambiental no sentido de inserir conteúdos no perfil de formação. Esta situação corrobora os achados de Alves *et al.*, (2014) e Novais e Fernandes, (2011) quanto à presença de pressões isomórficas de origem interna e externa.

A categoria desenvolvimento regional sustentável inclui elementos, que na visão dos entrevistados devem estar presentes na formação em meio ambiente dos egressos, tais como: aspectos sociais do desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida, os quais se consolidaram como subcategorias analíticas. Esse conjunto de subcategorias é relevante não só na prática como na discussão teórica do trabalho, uma vez que encontra apoio na concepção de desenvolvimento de Furtado (2004) e de desenvolvimento sustentável de Sachs (2004).

Na última categoria analítica, meio ambiente, as entrevistas indicam qual é a noção de meio ambiente que deveria ser ensinada nos cursos e quais setores têm absorvido os egressos. Aponta também qual é de fato a noção de meio ambiente que os cursos vêm transmitindo.

Ao inserir o homem na noção de meio ambiente, os sujeitos que assim o fizeram desafiaram a instituição a ampliar sua visão considerando a complexidade meio ambiente. A pesquisa detectou ainda que as prefeituras e outros órgãos públicos de atuação local ainda estão desconectados dessa nova configuração atribuída ao Instituto no sentido de identificar potencialidades locais e estimular políticas públicas que desenvolvam essas potencialidades. Isso se constitui também um desafio para uma melhor articulação da instituição com as políticas governamentais de modo a conduzi-la a estreitar laços com a sociedade local.

Referências

ALVES, R. R.; Castro, C. C. de; Souto, C. L.. Processo de institucionalização do curso de administração pública à distância em uma Universidade Federal. *RAC*, 18(1), 20-36, 2014.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original de 1987).

BESSA, E. S. O lugar dos homens na natureza social: uma proposta reflexiva sobre o meio ambiente. *Dissertação de Mestrado*. Instituto de

Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). UFRJ. 1993. 152p.

BRASIL. LEI 6.938 de 31 de agosto 1981. Recuperado em 14 de outubro, 2011, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm

_____. *Constituição Federal*. São Paulo: Rideel, 2003.

_____. [Decreto Nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm). Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências. Recuperado em 31 de maio, 2012, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm

_____. *Concepção e diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia*. Brasília: Setec, 2008.

CARVALHO, C. A., VIEIRA, M. M. F., & GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. *Revista de Administração Pública*, 39(4), 849-874, 2005.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. Introduction. In W. W. POWELL; P. J. DIMAGGIO (Eds.), *The new institutionalism in organizational analysis* (pp.1-38). London: University of Chicago Press, 1991.

____.; _____. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160, 1983.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. *Revista de Economia e Política*, 24(4), 483-486, 2004.

GOULART, S. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. *Cadernos EBAPE.BR*, IV(3), 1-15, 2006.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. (1996). Political science and the three new institutionalisms. *Political Studies*, XLIV, 936-953.

IFRJ - Instituto Federal do Rio de Janeiro. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2009 – 2013*. Rio de Janeiro: IFRJ, 2009a.

_____. *Projeto Pedagógico Institucional*. Rio de Janeiro: IFRJ, 2009b.

LENOBLE, R. *História da idéia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1969. 367 p

MACHADO, L. R. S. (2011). Saberes profissionais nos planos de desenvolvimento de Institutos Federais de Educação. *Cadernos de Pesquisa*, 41(143), 352-375, 2011.

MACHADO-DA-SILVA, C.; GONÇALVES, S. A. Nova técnica: a teoria institucional. In CLEGG, S. R.; HARDY, C. ; NORD, W. R. (Orgs.), *Handbook de Estudos Organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*, v.1 (pp. 220-226). São Paulo: Atlas, 1999.

Ministério do Meio Ambiente. *Agenda 21 brasileira: ações prioritárias*. 2ªed. Brasília: MMA, 2004.

NOVAIS, S. M., & FERNANDES, A. S. S. A institucionalização do ensino a distância no Brasil: o caso da graduação em administração na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). *Revista de Ciências da Administração*, 13(28), 173-201, 2011.

OWEN-SMITH, J. The institutionalization of expertise in university licensing. *Theory and Society*, 40(1), 63-94, 2011.

RICHARDSON, R. J. *et al.* *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA NETO, J. M. R.; BORGES, D. F. As assimetrias entre as políticas setoriais e a política de planejamento regional no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 45(6), 1639-1954, 2011.

SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro. Garamond, 2004.

SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia*. Hucitec. São Paulo, 1988.

SCOTT, W. R. The adolescence of institutional theory. *Administrative Science Quarterly*, 32(4), 493-511, 1987.

SCOTT, W. R. Organizaciones: características duraderas y cambiantes. *Gestión y Política Pública*, 14(3), 439-463, 2005.

SCOTT, W. R. Approaching adulthood: the maturing of institutional theory. *Theory and Society*, vol. 37, nº. 5, pp. 427-442, 2008.

SELZNICK, P. *A liderança em administração: uma interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: FGV, 1971. (Tradução da obra original *Leadership in administration* de 1957).

SELZNICK, P. Institutionalism “old” and “new”. *Administrative Science Quarterly*, 41(2), 270-277, 1996.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, 20(3), 571-610, 1995.

TEIXEIRA, M. G. C., & BESSA, E. S. Estratégias para compatibilizar desenvolvimento econômico e gestão ambiental numa atividade produtiva local. *Revista de Administração Contemporânea*, 13(spe), 1-18, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UDERMAN, S. Políticas de desenvolvimento regional no Brasil: circunscrevendo o potencial das novas iniciativas. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31, 2007.